

Ars Historica e artes de governar na Castela Seiscentista

Rachel Saint Williams¹

Mas campo muito maior de aprendizado nos oferecem os mortos com as histórias escritas por eles, porque estas abrangem toda a vida do mundo e todas as partes dele; e, na verdade, a história é o mais belo teatro que se possa imaginar²

Resumo:

Neste estudo abordaremos as questões relativas à escrita da história na Castela Seiscentista, a partir de sua inscrição na pauta política. Nas principais obras históricas do período, menor importância era concedida à ação de relatar com acuidade os registros do passado do que à utilização da escrita historiográfica para comentar e escrutinar questões de ordem política do próprio momento histórico vivenciado por seus autores. De forma análoga, os tratados políticos não se furtavam a empreender longas incursões pela história, na busca constante por oferecer aos governantes exemplos bem sucedidos de monarcas do passado aos quais os homens políticos do presente pudessem tomar como guia. É pertinente, portanto, postular a dupla existência de uma politização da história e de uma historicização da política. Desejamos, fundamentalmente, evidenciar que ambas as formas de discurso possuíam como finalidade principal atuar como um veículo de intervenção social, resultado das aspirações particulares de seus autores.

Palavras-chaves: Escrita da História, Política, Prudência.

Abstract:

Ars Historica and the art of governing in Seventeenth-Century Castile.

In this study we discuss issues concerning the writing of history in seventeenth-century Castile, from their inclusion on the political agenda. The major historical works of the period had given less importance to the action of precise report on the records of the past, and used the writing of historiography mostly to scrutinize and comment political issues of their own historical moment. Similarly, political treaties took long incursions through history, in a constant search to offer examples of successful rulers of the past which the politicians of the present could take as a guide. It is pertinent, therefore, to postulate the double existence of a politicization of history and a historicization of politics. We basically show that both forms of speech had as their main purpose to act as a vehicle for social intervention, the result of the individual aspirations of their authors.

Keywords: Writing of History, Politics, Prudence.

A citação acima foi redigida no ano de 1589 por Giovanni Botero, o teórico da razão de estado contra-reformada e um dos mais influentes pensadores da esfera política no mundo ibérico da época moderna. A valorização do aprendizado da história foi um fenômeno que marcou substancialmente as formas de pensar o exercício da política da época moderna, pois, assim como Botero, muitos outros escritores de peso do período em questão – para citar brevemente podemos mencionar Francisco de Quevedo, Guicciardini e o tão renomado Maquiavel – não se cansaram de sublinhar a importância do aprendizado da história por todos aqueles que estivessem envolvidos com as artes de governar. Não só estes homens realçaram em seus escritos sobre política o valor exemplar oferecido pelos ensinamentos dos séculos progressos, como eles próprios dedicaram-se à escrita da história.

¹³ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ.

¹⁴ BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Tradução: RALHA, Raffaella Longobardi. TORRALBA, Luís Reis (Cordenação e Introdução). Coimbra: Instituto Nacional da Sociedade e da Cultura, 1992, p. 40.

Reinhart Koselleck, em *Futuro Passado*, esclarece que no princípio da época moderna presente e passado estavam inscritos em um horizonte comum. Todavia, determinadas mudanças, ocorridas na passagem do século XVI até o XVIII, seriam responsáveis por uma temporalização da história. Uma das mudanças, apontada por Koselleck, é o impacto provocado pelo cálculo político que foi responsável por delimitar um novo horizonte para o futuro, a partir da eliminação das esperanças religiosas do horizonte de expectativas. O futuro transformou-se em “um campo de possibilidades finitas, organizadas segundo o maior ou menor grau de probabilidade”.³ Vemos, portanto, que a política (ou as artes de governar) esteve apta a transformar a história. Contudo, tal transformação da história não se deu, sem causar o devido impacto na tratadística política.

Em certo sentido, é até mesmo bastante plausível afirmar que escrita da história e teoria política sejam dois lados da mesma moeda, na Castela Seiscentista. E existe um conjunto de razões que explica esta intrínseca relação. Não é nossa pretensão apontar todas elas no presente momento, e sim, tratar de alguns tópicos que consideramos sugestivos a fim de esclarecer determinados aspectos deste complexo e interessante elo entre política e história. Sendo assim, abordaremos dois aspectos fundamentais: as prerrogativas para a escrita da história, na primeira metade do século XVII na Espanha, evidenciando a importância alçada para o tratamento das questões políticas, e a história como parte integrante dos discursos políticos, posto que ela é o terreno de aprendizagem da virtude principal do político ibérico moderno: a prudência. Analisaremos também as diretrizes fundamentais sobre a escrita da história em um dos principais manuais do período em pauta *De historia, para entenderla y escribirla*⁴ de Luis Cabrera de Córdoba.

Resta-nos sublinhar que a concepção histórica, explicitada pelos autores que iremos analisar, certamente se inscreve no *topos* ciceroniano da história *magistra vitae*, tão fartamente repetido e reinterpretado ao longo dos séculos. Para os castelhanos seiscentistas era ponto pacífico que se podia, ou melhor que se devia, aprender com a história. Entretanto, a questão fundamental não é se a história ensina ou não; mas o quê e como ela ensina. Dito de outra forma, procuramos entender qual passado estes homens buscavam construir e com qual finalidade.

ARS HISTORICA

A escrita da história no século XVII, ainda que conserve várias das prerrogativas que orientaram a produção dos humanistas sobre o tema, foi marcada pela busca de um tipo de saber que pudesse ser ao mesmo tempo exemplar e pragmático, não apenas eloquente e panegírico. Se Cícero, com seu *De oratore*, foi a grande inspiração dos que escreviam histórias no século XVI, Tácito foi o historiador ao qual os homens do XVII tentaram se igualar. E talvez, mais do que se igualar, buscaram perseguir o mesmo tipo de propósito, qual seja: oferecer aos governantes um guia de ensinamentos através dos exemplos do passado.

Mesmo assim, importa destacar algumas das características da escrita da história do Renascimento com o propósito de entender algumas continuidades e rupturas presentes no mesmo tipo de escrita dos seiscentos, até porque nosso corte temporal é a primeira metade desse século. Carmen Peraita sublinha que a preceptiva historiográfica renascentista – partindo da concepção esboçada também por outros autores de conceber a escrita da história desta temporalidade como um gênero retórico-ético-poético⁵ – reitera a relevância da *elocutio* e, principalmente, do *ornatus*, que serão as partes integrantes da história. A autora ressalta que a relação entre matéria e forma confere a autoridade do discurso, a fim de que ele

³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora Puc- Rio, 2006, pp. 31-32.

⁴ CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *De historia, para entenderla y escribirla*. Madrid: Luis Sánchez, 1611.

⁵ Cf. TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Rio de Janeiro: Puc 2008 (Tese de Doutorado).

possa deleitar e instruir para cumprir com sua finalidade principal: a persuasão.⁶ A eloquência será então um componente essencial utilizado para as finalidades instrutivas do texto de história.

Aprender história fazia parte do cânon pedagógico renascentista, os *studia humanitatis*, de formação integral de um novo tipo humano. Baltasar Cuart Moner esclarece:

*La historia en el siglo XVI no era precisamente un pasatiempo para leer 'concluydo los negocios', aunque lo hubiese escrito así Garibay en su carta al rey. Al contrario, hacia tiempo que formaba parte tanto de los programas educativos de las elites propuestos en los studia humanitatis como en el aparato propagadístico de la monarquía y está, lógicamente, ejercía una vigilancia estrecha sobre las páginas que iban saliendo de las plumas de los historiadores; un ejercicio quizá tan tan antiguo como la historia del poder pero que sin duda ninguna, alcanzó importancia capital desde la formación de las monarquías modernas del Renacimiento.*⁷

Um aspecto fundamental presente na elaboração dos textos de história é a *imitatio*. Obedecendo a um princípio semelhante de vários gêneros retórico-poéticos, a escrita da história renascentista se estruturava a partir da imitação de textos da Antiguidade grego-romana. Os historiadores mais frequentemente emulados são: Salustio, Tito Lívio, Cícero, Dionísio de Halicarnasso, Quintiliano, Tucídides e Tácito. Recorrer a estes nomes consagrados do labor historiográfico era uma maneira utilizada, pelos escritores de história da época moderna, para conferir autoridade a seus discursos, para mostrar aos seus leitores que sabiam as regras do jogo ao qual estavam se dedicando.

Comentamos acima que se Cícero foi a autoridade mais frequentemente emulada ao longo do Renascimento, na primeira metade dos seiscentos este posto será ocupado por Tácito e esta substituição é feita baseada em uma mudança de concepção sobre a história. O enfoque pragmático que marcou as reflexões sobre política na Castela seiscentista, certamente teve seu correlato nas ponderações acerca da escrita da história. O pragmatismo, advindo de uma concepção cada vez mais secularizada da cultura, além de privilegiar a história laica fez com que os questionamentos em torno da história convergissem para sua utilidade. É bastante elucidativa a concepção de Furio Ceriol,⁸ secretário de Felipe II, sobre o tema:

*Es la historia retrato de la vida humana, dechado de las costumbres y humores de los hombres, memorial de todos los negocios, experiencia cierta e infalible de las humanas acciones, consejero prudente y fiel en qualquier duda, maestra de la paz, general de la guerra, norte en el mar, puerto y descanso para toda suerte de hombres [...] Por estas causas quiero que el Consejero sea muy grande historiador.*⁹

História e política configuravam discursos autônomos em si próprios, mas em momento algum dissociados. E não à toa, Tácito¹⁰ – historiador do império e nome fartamente citado nas obras sobre razão

¹⁸ Ver: PERAITA, Carmen. *Quevedo y el joven Felipe IV: el príncipe cristiano y el arte del consejo*. Kassel: Edition Reichenberger, 1997.

¹⁹ MONER, Baltasar Cuart. La larga marcha hacia las historias de España en siglo XVI. In: CÁRCEL, Ricardo García (coordenação). *La construcción de las historias de España*. Madrid: Marcial Pons, 2004, p. 49.

⁸ Eva María Díaz Martínez aponta Furió Ceriol como um dos primeiros autores que pode ser visto como um pragmático. A obra do valenciano traria as seguintes novidades: uma nova interpretação da figura do governante, consubstanciada na teoria da separação da figura do rei e independência – sem que isso se iguale à subordinação – entre as esferas da moral e da política, ressaltando que moral não se equipara à ética. Estes elementos supõem um ponto de inflexão na transformação ocorrida no gênero dos espelhos de príncipe ao longo da época moderna. Devemos ressaltar que este autor é classificado por Maravall como um dos adeptos do tacitismo. Ver: QUEVEDO, Francisco de. *Discurso de las Privanzas*. MARTÍNEZ, Eva María Díaz (Estudio preliminar, edición y notas). Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 2000.

⁹ FURIÓ CERIOL, Fadrique. *El concejo y consejeros del Príncipe*. Amberes: En Casa de Jeronimo y Juan Baez, 1559. fol. 22.

¹⁰ A retomada de Tácito pelos autores da época moderna foi denominada por alguns historiadores de *tacitismo*, podemos citar os estudos de Maravall, Tierno Galvan, Toffanin, Beatriz Antón Martínez, entre outros. É preciso destacar que o tacitismo não é um fenômeno exclusivamente espanhol. Ao contrário, ele se inicia fora das fronteiras espanholas e é graças também à constante circulação de ideias da Europa no período moderno que o movimento ganha força no século XVII na Espanha. María Teresa Cid Vázquez ilustra um panorama abrangente do fenômeno: “*que el tacitismo surge a principios del siglo XVI con F. Beroaldo el Joven (1515; 1517 con la colaboración de Alciato), y B. Rhenano (1519, edición comentada por Alciato, 1531, 1533,*

de Estado – torna-se mestre de ambas, para alguns homens do XVII. A ideia, presente na obra de Tácito, da política como uma forma de moralidade aplicada em contraste com a falta de moral dos governantes, encontrou grande respaldo no cenário seiscentista espanhol. E mais uma vez Peraita quem afirma, referindo-se ao uso de Tácito no XVII, que “*En las primeras décadas es, sin duda, el historiador más imitado y por diversos motivos*”.¹¹ Um dos motivos, apontados pela autora, é o paralelo traçado entre o período histórico retratado por Tácito, a Roma imperial, e a situação política da Espanha dos Habsburgo que na época possuía uma enorme extensão territorial, dentro e fora do continente europeu. Outro motivo que pode ser citado é o tratamento de questões como: a corrupção dos costumes, a usurpação do poder e a tirania, magistralmente trabalhos por Tácito nos Anais, e que constituíam temáticas muito ao gosto dos escritores do barroco espanhol. São abundantes os exemplos de citações elogiosas e apropriações, diretas e indiretas, da obra de Cornélio Tácito – para não falar das traduções – empreendidas pelos escritores na Espanha seiscentista. Entre eles estavam: Saavedra Fajardo, Francisco de Quevedo, Juan Pablo Mártir Rizo, Álamos de Barrientos, Luis Cabrera de Córdoba, Virgilio Malvezzi, Juan de Lancina, entre outros.

Virgilio Malvezzi, diplomata italiano que residiu na corte madrilena e renomado escritor do período, explica que se deve estudar não a Tito Livio, mas a Tácito porque “*en este siglo el mundo está gobernado casi todo por príncipes*”.¹² José Antonio Maravall afirma que deve-se entender o fenômeno do *tacitismo* a partir da instabilidade sob a qual viviam acoçadas muitas das monarquias europeias do período, fatigadas por inimigos exteriores, inquietações populares e rebeliões internas.

Aqueles que se dedicavam à escrita da história nortearam, portanto, suas reflexões para a cunhagem de um novo tipo de discurso historiográfico compatível com as demandas de sua atribulada configuração temporal; porquanto ansiavam por oferecer propostas de ação política que pudessem restaurar a glória dos domínios castelhanos, a partir do uso do passado em uma chave pragmática. Surge um tipo distinto de escrita da história, entendida como uma produção que tem como finalidade última a utilidade pública, ou seja, uma doutrina civil que ensina a fazer e a dizer.

Entre os inúmeros tipos de escrita da história, comumente mencionados nos manuais sobre o tema do período, figura um tipo em especial à história verdadeira ou denominada propriamente história, em última instância a *historia perfecta* que não se limita simplesmente a registrar eventos, mas dota-os de significado. Elabora-se um tipo de escrita historiográfica que combina os dados com conceitos que os explicam, que investiga as causas e procura explicar os efeitos; todos estes elementos organizados em uma estrutura retórica que elege como propósito principal oferecer julgamentos e preceitos morais, éticos e políticos. A *historia perfecta* consagrava o matrimônio da história com a política

Desta forma, a história se prestaria ao oferecimento de um manancial inesgotável de situações e exemplos que servem de base, aos que a escrevem, para aconselhar aos governantes e também para fazer julgamentos de ordem ética e moral sobre a conduta humana. Outrossim, a possibilidade de escrutinar e julgar as ações de homens que há muito feneceram, proporcionaria uma certa liberdade aos autores para que assim pudessem, de forma dissimulada, discorrer sobre eventos ou personalidades controversas de seu próprio tempo.

Tal possibilidade certamente não foi ignorada por muitos escritores do barroco espanhol, como ilustra bem a figura de Juan Pablo Mártir Rizo, autor de uma obra extensa e bastante diversificada que, to-

etc.); se afianza con Bodino, Montaigne, y Guicciardini; a partir de la década de 1580 se consolida; y conoce su máximo esplendor, con Mureto, Lipsio, Paschal, Scott, Botero, Ammirato, Boccacini, y Malvezzi El francés M. A. Mureto y el flamenco J. Lipsio fueron las dos grandes figuras que sentaron las bases del movimiento tacitista europeo”. VÁZQUEZ, María Teresa Cid. *Tacitismo y Razón de Estado en los “comentarios políticos” de Juan Alfonso Lancina*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid/ Facultad de Derecho/ Departamento de Filosofía del Derecho, Moral y Política, 2001, (tese de doutorado) p. 64.

¹¹ PERAITA, op. cit., p. 147.

¹² MALVEZZI, Virgilio. *Sucesos principales de la Monarquía de España en el año de 1639*. Madrid: Imprenta Real, 1640. fol. 35.

davia, angariou prestígio entre seus contemporâneos devido a seus escritos históricos.¹³ Em *Historia de la vida de Lucio Anneo Séneca Español*,¹⁴ a história é apontada como o meio mais eficaz para melhorar a capacidade política dos homens e Sêneca, na imagem construída pelo autor, é o bom privado de um rei tirano, ao invés do sábio filósofo. Tal construção da imagem de Sêneca permite a Mártir Rizo tratar com bastante desenvoltura de uma das temáticas mais caras à tratadística política seiscentista: o valimento. Afastando ou postergando a ocorrência de eventuais censuras que pudessem acarretar à abordagem de tal questão, caso ela fosse elaborada a partir de juízos feitos diretamente sobre um dos muitos personagens que ocuparam tal posto na Espanha dos Felipes. Já em *Norte de Príncipes*, seu tratado de política, Mártir dirige seus esforços contra os argumentos de Maquiavel. As armas escolhidas para refutar o florentino são simbólicas: “*La defensa de la verdad ha de ser con la razón natural y con la historia*”.¹⁵ Não mais a palavra revelada ou a autoridade dos Santos Padres, empenhadas com o mesmo propósito no final do século XVI, e sim a razão e a história serão os instrumentos eleitos pelo autor.

Concluimos a primeira parte desta exposição sobre a relação entre história e política nos seiscentos na Espanha, procurando evidenciar como a história se transformou em matéria de utilidade pública. Daremos continuidade ao estudo analisando como a história era concebida nos tratados de política do período, para fazer jus à postulação inicial da dupla existência de uma politização da história e de uma historicização da política.

ARTES DE GOVERNAR

Estudar o passado, deliberar sobre o presente e tentar prever o futuro foram três aspectos incontornáveis e associados das artes de governar na Espanha dos Habsburgos. A história mostrava ao político como deveria agir, partindo de uma concepção cíclica¹⁶ do tempo, ou seja, os acontecimentos tendem a se repetir ao longo da história e também a partir de uma concepção de que a essência da natureza humana é imutável. Neste sentido, a história oferece a possibilidade do governante adquirir experiência que conjugada com a virtude da prudência, caracterizam os dois conceitos centrais na formação de grande parte dos discursos políticos seiscentistas. Prudência e experiência são conceitos que estão interligados e que por sua vez encontram seu terreno de aprendizado no fértil solo oferecido pelos ensinamentos do passado.

A aplicação do conceito de experiência, no âmbito da reflexão política no século XVII, iria suscitar uma ampla gama de propostas relativas à teoria e à prática política. Basicamente, as considerações sobre a experiência possuíam duas distinções. Uma baseada no sentido tradicional que estaria relacionada à experiência acumulada através da trajetória particular de um determinado indivíduo, como por exemplo: o governante que acumula conhecimento político prático; a outra designaria um sentido moderno, constituindo um princípio que significava atentar para a experiência. A primeira acepção da palavra experiência designa a compreensão desta como uma atitude moral, experiência de primeira ordem. A segunda acepção assinala uma atitude intelectual que corresponde a uma postura frente ao conhecimento. Experiência de segunda ordem que em matéria política poderia ser definida como um *corpus* sistemático de saber, resultado do acúmulo das experiências individuais dos governantes ao longo da história.¹⁷

¹³ Para informações mais detalhadas sobre a biografia de Mártir Rizo, ver: MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del Pensamiento Español: Serie Tercera- El Siglo del Barroco*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.

¹⁴ MÁRTIR RIZO, Juan Pablo. *Historia de la vida de Lucio Anneo Séneca Español*. Madrid: Juan Delgado, 1625.

¹⁵ MÁRTIR RIZO, Juan Pablo. *Norte de Príncipes*. Madrid: Diego Flamenco, 1626, p.54.

¹⁶ Koselleck destaca que esta forma circular de perceber o tempo, tinha sido novamente posta em voga através dos escritos de Maquiavel, angariando alcance universal. Tal capacidade de repetição dos eventos, particular desta forma específica de compreensão histórica, propicia reunir passado e futuro prognosticável em um mesmo plano. Ver: KOSELLECK, op. cit., p. 35.

¹⁷ Cf. MARAVALL, op. cit.

A valorização da experiência traz como consequência o farto uso de exemplos no discurso político seiscentista que, por sua vez, concede espaço à utilização da história entendida como um repositório de experiências e eventos progressos dos quais o estadista deve se servir dentro da perspectiva de experiência de segunda ordem. Posições ambíguas podem ser identificadas em relação à importância dos fatos narrados pelos tratadistas. Existiam alguns escritores que afirmavam que não se podia formular regras a partir dos exemplos. Neste sentido, o governante deveria possuir experiência particular que lhe proporcionaria uma sagacidade política própria e deveria também acumular conhecimento sobre o *corpus* da história. Tais fatores combinados assegurariam que ele adquirisse a virtude da prudência política. Entre estes tratadistas estão: Pedro de Ribadeneyra, Juan de Mariana, Álamos de Barrientos, entre outros.

Baltasar Álamos de Barrientos foi um importante jurista que ocupou sucessivamente várias posições de peso no governo durante o reinado de Felipe IV, através das indicações do Conde-Duque de Olivares. Barrientos, um dos primeiros espanhóis a traduzir e comentar o historiador romano Tácito, em *Tácito español ilustrado com aforismos*¹⁸ declara que traduziu Tácito, ilustrado com aforismos e advertências de Estado, porque os ensinamentos do historiador romano são convenientes e indispensáveis para “*conservación y aumento desta monarquia*”.¹⁹ Barrientos postula a constância da natureza humana como pressuposto básico para sua aproximação científica²⁰ com as doutrinas da razão de Estado. Tal natureza seria composta de quatro classes de *afectos* – o temperamento dos homens, a família, o estado ou profissão e a nacionalidade – que podem ser conhecidos através das lições da história. A história reveste-se de grande importância, posto que o conhecimento da natureza humana conduziria ao sucesso nas ações políticas. Segundo o autor, o conhecimento adquirido através dos exemplos do passado faz com que o governante adquira experiência, atributo essencial para sua *práxis* política. Barrientos conclui afirmando que a política é uma ciência de contingentes, construída sobre a dupla base da experiência própria dos governantes e da experiência alcançada através da história qualificada como “*madre de la prudencia política*”.²¹

Contudo, outros tratadistas entendiam que a história continha o registro de soluções para serem empregadas em casos concretos, portanto caberia ao político simplesmente recolher do caudal oferecido pela história a melhor solução para seus problemas. Esta forma de entender o conhecimento histórico poderia ser definida como um casuísmo histórico. Exemplo de adoção deste modelo interpretativo foi o escritor Pedro Mexía²² e Fuertes y Biota. O problema central era que a história não podia ser considerada como uma ciência. Mesmo que considerassem a história como um conjunto de soluções práticas, suscetíveis de serem imitadas em situações concretas, ainda assim, grande parte dos tratadistas políticos do século XVII desejava que a política não se reduzisse a um mero conhecimento empírico. Aspiravam a uma forma de saber que pudesse fornecer regras e proposições gerais. Não obstante, a história apareceu essencialmente associada ao pensamento político dos seiscentos.

O pragmatismo político espanhol considerou a história tal qual um meio ou um instrumento adequado para fornecer ao governante um conhecimento cumulativo das experiências práticas de outros políticos, ofertando um ensinamento de como agir para a conservação e o aumento de seus domínios; prer-

¹⁸ BARRIENTOS, Álamos. *Tácito español ilustrado com aforismos*. Madrid: Luis Sánchez, 1614.

¹⁹ *Ibid.*, p. 05.

²⁰ Há um extenso debate sobre a pretensão científica da teoria política no século XVII. Ver, por exemplo: MARAVALL, op. cit.; Cassirer. Ernst. *The myth of the State*. New Haven: Yale University Press, 1946; FERNANDEZ-SANTAMARIA, José A. *Razon de Estado y política en el pensamiento español del Barroco (1595- 1640)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986.

²¹ BARRIENTOS, loc cit.

²² É de Pedro Mexía a seguinte apreciação sobre a história: “*las otras artes y ciencias cada una muestra un blanco y fin a que se encamina; la historia todo lo comprende y es práctica y exemplo de los efectos de las otras letras, pero muchas veces han recurrido los hombres a ellas con codicia e interés, y por alcanzar bienes y dignidades; solamente la Historia por sí sola se sigue, no se pretende otra cosa sino saber que es el verdadero. Soló ella puede vivir sin las otras y ninguna de las otras sin ella, y ella ha sido guarda y conservación de todas*” apud MARAVALL, op. cit., pp. 24-25.

rogativas básicas das doutrinas da razão de Estado. Elena Cantarino²³ explicitou que, no século XVI e principalmente no XVII, história e experiência foram dois aspectos de uma mesma realidade. Partindo do princípio de que a política reside sobre uma base de regras passíveis de serem apreendidas por meio da experiência que as lições da história oferecem. A sabedoria política acabou tendo como correlato à experiência histórica.

Maravall interpreta como questão prioritária, para a compreensão da renovação alcançada pelo pensamento político do século XVII, a temática da política constituir uma ciência. Assim afirma o autor: “*La constitución de un sistema mecanicista de la ciencia política es empresa general por entonces en Europa.*”²⁴ A partir desta pretensão científica do discurso político, que gerou respostas diversas para tão capital problema, observa-se a valorização da experiência como pressuposto fundamental do saber político; quer se estivesse falando dos príncipes, ministros e conselheiros, quer se estivesse tentando formular regras e princípios que norteassem a ação política. Na perspectiva dos tratadistas espanhóis do século XVII, para dirigir a máquina do Estado seria preciso um conhecimento específico. O governo das coisas humanas teria como base fundamental a ordem natural, sendo que os elementos naturais seriam regidos pela razão; doutrina essencialmente estoica que associa natureza e razão em um universo perfeitamente ordenado. Desta postura frente ao ordenamento social provém a valorização da razão, que no século XVII abriu as portas para a secularização, cada vez maior, dos assuntos políticos.

Basear-se nos exemplos oferecidos pela história, entretanto, não era suficiente para conferir aos escritos políticos sua pretensão científica. Dito de outra forma, para elaborar um método indutivo da política. Malvezzi testemunha nos seguintes termos sobre o papel da História: “*A los políticos la Historia no sirve sino para hacer un buen juicio; no debemos, con esto, obrar conforme los ejemplos, mas sí con aquél que se há formado sobre la lección de los ejemplos.*”²⁵ Para tal empreitada era forçoso não se ater somente à experiência vivenciada e nem àquela extraída dos conhecimentos históricos, mas destilar a lição dos exemplos pelo uso da razão. É a partir de questionamentos como estes que podemos perceber a importância da virtude da prudência para o exercício político, pois ela se transformou no crivo com o qual deveriam ser julgadas as lições da história.

No intento de analisar a importância que a prudência – entendida tal qual virtude política cardinal – atingiu no pensamento político da época moderna, torna-se fundamental entender como estes escritores transformaram a concepção de prudência, que fora organizada por Aristóteles, a fim de empregá-la de acordo com os imperativos de sua própria temporalidade. Para Aristóteles, a prudência é uma virtude intelectual específica da parte calculativa da alma racional em contraposição às virtudes intelectuais do segmento científico da alma.²⁶ O mundo contingente seria o objeto por excelência da prudência, fazendo com que ela se insira no plano do universo mutável; diferindo, por exemplo, da sabedoria que atua na ordem do imutável.

A prudência é uma virtude que se inscreve na ordem da ação, passando a se desenvolver apenas com o tempo e a aquisição de experiência, para que possa atingir sua finalidade: atuação justa precedida de deliberação e conectada com os fins esperáveis acarretados pela ação que se produz. Contudo, a prudência incluiria também o conhecimento do universal, pois, ao caso particular pode ser aplicável um procedimento geral. A ação do prudente conjugaria o caso com a experiência, optando pelas melhores ações possíveis nas situações particulares. Resta sublinhar que Aristóteles estabeleceu uma conexão entre prudência e sabedoria política, posto que as inseriu em uma mesma e única disposição; ainda que a essência de ambas não seja equiparável.

²³ CANTARINO, Elena. Política e historia: soluciones casuistas para tiempos de moral equívoca. In: *XIIIè Congrès Valencià de Filosofia*. Valencia: Arts Gràfiques Soler, S. A, 1998.

²⁴ MARAVALL, op. cit., p. 17.

³⁷ MALVEZZI, Virgilio, apud, MARAVALL, op.cit., p. 29.

³⁸ Cf: AUBENQUE, Pierre. *A prudência em Aristóteles*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

Com o correr dos tempos, o conceito de prudência foi dotado de uma enorme complexidade.²⁷ Passou pela Antiguidade Clássica e associou-se em grande parte à tradição religiosa, conservou vários elementos patristicos e esteve estreitamente ligado ao discernimento e a descrição que formavam a base da ética monástica.

Tomás de Aquino, seguindo Aristóteles, compreendeu a prudência como a virtude específica que permitia ao homem alcançar racionalmente seus objetivos nas situações contingentes, tal uma arte deliberativa dos meios. Entretanto, Tomás de Aquino teria convertido a prudência em uma virtude cristã, porquanto a teria definido como “reta razão das ações por fazer”,²⁸ restaurando a continuidade entre os planos divino e humano.

O entendimento de Tomás de Aquino, sobre temática da prudência, configurou o plano discursivo sobre o qual se instauraria posteriormente a ruptura maquiavélica. Neste contexto, a virtude da prudência inauguraria um tipo de racionalidade instrumental, conferindo singular atenção aos meios de agir. Michel Senellart, em seu brilhante livro sobre as artes de governar, qualifica nas seguintes palavras a prudência de Tomás de Aquino: “Pois ela não é propriamente uma virtude moral, mas uma inteligência prática, em conformidade com o apetite honesto, necessária para orientar-se no domínio do contingente”. A prudência estaria conduzida por um bem a realizar, estando plenamente conectada com as leis pelas quais o governante conduz o reino ao bem comum.

Maquiavel libertaria a prudência de sua inscrição na ordem moral, convertendo-a em técnica de ação eficaz. Em outras palavras, o florentino teria transformado a concepção medieval da prudência, caracterizada por uma virtude moderadora das paixões e condutora dos homens que objetivam o bem comum, alcançado pelo uso da razão. Para Senellart, esta seria uma das maiores contribuições legadas por Maquiavel para a transformação do discurso político, marcando decisivamente o abandono de uma ontologia finalista substituída por uma tecnologia empirista. Desta forma, o século XVI e também o XVII, tendo estabelecido a razão de Estado²⁹ como expressão máxima do saber político, emancipou plenamente a prudência do terreno teológico-jurídico.

Francesco Guicciardini, assim como Maquiavel, interpretava a matéria política pautando-se em uma concepção pragmática. Guicciardini conferiu especial atenção ao uso da prudência na vida pública. O homem prudente é caracterizado como aquele que é dotado de sabedoria política e, portanto, exímio conhecedor da arte do estado. Aquela entendida como um conjunto de atributos, inscritos em preceitos pragmáticos, que permitiriam a condução da *res publica*. O conceito de prudência, em Guicciardini, descreve um procedimento hábil para orientar estrategicamente os atos do político, pautado pelo exame acurado das situações sem estar necessariamente subordinado a qualquer outra virtude, mesmo a justiça. Esta interpretação estaria baseada na concepção da existência humana como algo dinâmico e problemático.³⁰ Tal qual a operação realizada por Maquiavel de reformulação do conceito de prudência, também para Guicciardini a meta do agir prudente encontrava-se modificada e dissociada de sua essência tomista de condução à justiça e ao bem comum. Em suma, a prudência seria uma disposição prática, capaz de agir sobre o particular e o geral.

³⁹ Cf. SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Ed. 34, 2006; ALBUQUERQUE, Martim. *Um percurso da Construção ideológica do Estado. A Recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal Editores, 2002.

⁴⁰ AQUINO, Tomás, apud, SENELLART, op. cit., p. 190.

⁴¹ Para uma definição breve da razão de Estado lançaremos mão de obra do jurista português Pedro Barbosa Homem, visto que esta definição encontra-se fartamente reproduzida e aceita entre os tratadistas espanhóis: *La razón de Estado en común se puede definir como una doctrina especial que por medio de varias reglas hace diestro a un príncipe, o para mantener en su propia persona los estados que posee, o para conservar en los mismos estados la forma y grandeza original que tienen, o para con aumentos ilustrar o acrescentar la antigua masa de que ellos se forman*. HOMEM, Pedro Barbosa. *Discursos de la Iuridica y Verdadera Razon de Estado*. Coimbra: Nicolau Carvalho, 1626. fol. 38.

⁴² Cf. TEIXEIRA, Felipe Charbel. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de Análise da Política. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, pp. 325-349, 2007.

Exemplo de um escritor espanhol que valorizou ao máximo a virtude da prudência foi Diego Saavedra Fajardo, brilhante diplomata murciano. Em *Idea de un príncipe cristiano representada en cien empresas*³¹ dedicada ao sucessor de Felipe IV, Saavedra deixa logo claro que está redigindo um livro sobre as doutrinas da razão de Estado através da utilização dos exemplos dos antepassados do monarca para educá-lo nos melindres da atividade política. Este escrito, porém, não se prestaria à finalidade exclusiva da educação do príncipe, mas também à formação de ministros de Estado e cortesãos advertidos. Para Saavedra, o saber político tinha por base fundamental o exercício da prudência, sendo que a política poderia ser descrita como uma técnica cujo conhecimento recairia sobre a experiência pessoal e aquela adquirida através do exame dos reinados precedentes. A prudência atuaria como árbitro dos ensinamentos legados pelo passado, pois só assim tais conhecimentos poderiam exercer a função reservada à história ou à “*maestra de la política*”.³² A política era concebida como uma ciência da prudência governativa. Nos termos do diplomata: “*Áncora es la prudencia de los Estados, aguja de marear del príncipe. Si en él falta esta virtud, falta el alma del gobierno*”.³³

Através desta exposição que viemos delineando, esperamos ter esclarecido algumas das questões relativas ao binômio política e história na época moderna. Nesta seção do texto, buscamos essencialmente mostrar que a teoria política seiscentista tinha como conceitos fundamentais: prudência e experiência, conceitos essencialmente dependentes do saber histórico e nisto residiu a importância central da história para a política.

De historia, para entenderla y escribirla

Até agora, trabalhamos as características presentes na escrita da história da época moderna, a partir das elaborações presentes nos textos de história propriamente ditos, na tratadística política e também nas informações oferecidas pela historiografia contemporânea sobre o tema. Convém, entretanto, que analisemos as diretrizes e os princípios sob os quais deveria pautar-se a feitura da história, descritos nos manuais sobre tal tema do período em questão, como forma de complementar a análise empreendida. Entre alguns dos principais manuais estão: *Discurso y Tratado de la Historia y Historiadores Españoles*,³⁴ de Antonio de Herrera; *Discurso de las cualidades que há de tener un perfecto cronista*,³⁵ de Bartolomé L. de Argensola; *Genio de la historia*,³⁶ de Frei Jerónimo de San José e *De historia, para entenderla y escribirla*,³⁷ de Luis Cabrera de Córdoba.

Optamos por trabalhar com o manual de Cabrera de Córdoba porque este autor foi um dos cronistas oficiais de Felipe II, sua obra foi fartamente lida por inúmeros autores de seu tempo, como comprovam as citações elogiosas que lhe foram feitas em prólogos de outros livros do período, e, além disso, Córdoba foi autor de várias obras de história, não se ocupando apenas das questões teóricas, mas também da prática historiográfica. As mais representativas de suas obras são: *Felipe II, Rey de España*³⁸ e *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España, desde 1599 hasta 1614*.³⁹

Luis Cabrera de Córdoba nasceu em Madrid, no ano de 1559. Desde muito cedo vivenciou o ambiente da corte madrilena, pois seu pai, Juan Cabrera de Córdoba, por ocasião de seu nascimento, era

³¹ SAAVEDRA FAJARDO, Diego. *Idea de un príncipe cristiano representada en cien empresas*. Valencia: Francisco Cipres, 1675.

³² *Ibid.*, fol. 34.

³³ *Ibid.*, fol. 125.

³⁴ HERRERA, Antonio. *Discurso y Tratado de la Historia y Historiadores Españoles*. Madrid: Juan de la Cuesta, 1615.

³⁵ ARGENSOLA, Bartolomé L. *Discurso de las cualidades que há de tener un perfecto cronista*. Madrid: Alonso Martin, 1609.

³⁶ SAN JOSÉ, Jerónimo. *Genio de la historia*. Zaragoza: Diego Dormer, 1651.

³⁷ CABRERA DE CÓRDOBA, op. cit., 1611.

³⁸ *Idem*. *Felipe II, Rey de España*. Madrid: Luis Sánchez, 1619.

³⁹ *Idem*. *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España, desde 1599 hasta 1614*. Madrid: Luis Sánchez, 1614.

criado da Casa Real.⁴⁰ Existem poucas informações sobre a trajetória pessoal desde autor, as poucas informações existentes localizam-se nas próprias obras do autor e também na documentação oficial produzida pela burocracia da corte. A despeito do que poderíamos imaginar, não encontraremos na figura de Cabrera de Córdoba, um erudito que se dedica durante horas a fio à leitura dos clássicos em sua torre, alheio às efervescências do mundo. Muito pelo contrário, encontraremos um homem envolvido com os negócios de Estado que confessava ter abandonado os estudos para cumprir ordens reais. Reproduzo suas palavras: “*que por disposición del Rey dejó los estudios, en que iba bien encaminado, para que con los viajes y la práctica de los negocios se habilitare en el ejercicio y en el manejo de los papeles*”⁴¹

Quando abandonou os estudos para cumprir com as obrigações que lhe foram imputadas pela Monarquia, Cabrera de Córdoba contava com apenas vinte e dois anos. A partir de então se dedicou ao exercício de atividades diplomáticas, sendo que em algumas ocasiões atuava secretamente a mando de Felipe II. Sua principal tarefa era fornecer informações ao rei sobre os acontecimentos e os problemas que ocorriam em todos os domínios da Monarquia Hispânica. Desta forma, cumpriu missões diplomáticas em Portugal, na Itália e na tumultuada Flandres. Em outras ocasiões, recepcionava os embaixadores estrangeiros em visita à corte madrilena e chegou também a participar da organização da Invencível Armada. Podemos supor, portanto, que Luis Cabrera de Córdoba foi um homem fartamente envolvido com as questões políticas de seu tempo, exercitado nas artimanhas do ambiente cortesão e conhecedor das práticas diplomáticas. E foi baseado em sua própria trajetória, como participante ativo das questões do reino, que Cabrera de Córdoba cunhou a imagem do perfeito historiador, como teremos ocasião de comprovar posteriormente.

De historia, para entenderla y escribirla foi dedicada a Francisco Sandoval, o Duque de Lerma, que na época era privado de Felipe III. Cabrera inicia seu manual tratando da importância da história para o ofício régio. Logo nas primeiras páginas podemos verificar a articulação existente entre história e prudência, posto que a primeira é apresentada como o meio mais efetivo para alcançar a virtude da prudência, tão imprescindível ao príncipe e à arte de reinar. A justificativa apresentada pelo autor para explicar a relação da história com a prudência se pauta na concepção cíclica do tempo, que já tivemos oportunidade de mencionar. A qualidade exemplar da história é evocada a fim de corroborar a relevância que esta deve possuir entre os saberes necessários ao monarca, posto que ela oferece o modelo de insígnias varões que precederam o monarca. Fica logo explícita a inscrição da história na pauta política dos seiscentos. Verifica-se na seguinte citação:

*Es noble la historia por su duracion, que es la del mundo. Fenecen Reinos, mudanse los Imperios, muren grandes, y pequeños, ella permanece: vida de la memoria, maestra de la vida, anunciadora de la antigüedad, preparación importante para los actos políticos, que haze cautos con los peligros, y con los sucessos agenos seguros.*⁴²

Posteriormente, Cabrera de Córdoba se ocupa da origem da história e de sua definição etimológica recorrendo às definições de Platão, Políbio, Possevino e Santo Agostinho. Nesta parte da obra temos ocasião de perceber uma constatação um tanto quanto inesperada para um manual de história do século XVII: o tratamento de questões associadas à tradição oral e a dos monumentos (estátuas e quadros) como formas do discurso histórico, ainda que tais formas sejam consideradas inferiores à história escrita. É descrita também a relação da história com a poesia e o mito. Figura, na obra, uma enorme gama de autores gregos e romanos, os quais o autor utilizará como forma de autorizar seu discurso ou como exemplo do que não se deve reproduzir. Aqui devemos sublinhar uma dificuldade interpretativa suscitada pelo texto, a citação dos autores gregos e latinos é feita de forma bastante ambígua, pois o mesmo autor que é

⁴⁰ Para fornecer as informações relativas à trajetória pessoal de Cabrera de Córdoba, utilizamos o artigo de Aurélio García López: GARCÍA LÓPEZ, Aurélio. “El Escorial, en Luis de Cabrera de Córdoba”. *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, 2000, n. 24, pp. 669-681.

⁴¹ CABRERA DE CÓRDOBA, op. cit., 1619. fol. 40.

⁴² CABRERA DE CÓRDOBA, op. cit., 1611. fol. 5.

alvo de elogios em dado momento, pode ser alvo da pior condenação em outro. O único nome que parece emergir isento de críticas e como mestre de história é Tito Lívio. Em contraste, Tácito, mesmo que alvo de inúmeras críticas ao longo do texto, surge como o exemplo a se seguir, caso o objetivo do historiador seja a “história moral”.

Cabrera de Córdoba compõe um complexo sistema de partição da história. De acordo com o autor, a história possuía divisão, subdivisão e ainda uma segunda subdivisão, sem contar com as diversas tipologias. A primeira divisão seria entre história divina e humana que, por sua vez, se desdobrariam em sagrada e eclesiástica e em natural e moral, respectivamente. A história divina transmitiria os preceitos religiosos, a história natural⁴³ trataria dos conhecimentos científicos e, finalmente, a história humana seria a responsável pelo ensino da prudência. A segunda subdivisão seria a separação em partes essenciais (verdade, explanação e juízo) e partes integrantes (exórdio, descrição, digressão, orações, elogios, discursos, juízos, prognósticos e sentenças). O gênero do discurso histórico seria o narrativo e os tipos de história seriam a história universal, a crônica, a provincial e a genealógica. Segundo o autor, a história não teria relação imediata com corte cronológico, tanto ela poderia ser de um passado remoto como do presente imediato. Não é este o pressuposto que a qualifica como gênero histórico e, sim sua capacidade de ofertar um ensinamento útil aos homens.

A história não poderia ser apenas um local para o treinamento da elegância e boa escrita, em outras palavras: um exercício retórico. Ela deveria ser feita baseada na observância de seus próprios métodos e leis. Destaca-se o relevo concedido ao uso das fontes, sendo que as primordiais seriam: as relações, os comentários, os diários e os anais. Outro fator fundamental seria o cuidado de inscrever todos os acontecimentos narrados em seu corte temporal preciso – para o autor o *fin de Ariadne* do historiador é o tempo. Outrossim, importa que o historiador não se desvie de seu objetivo narrando detalhes. Ainda referindo-se à escrita da história, Cabrera de Córdoba sublinha a importância do silêncio. O ato de calar também faz parte da história em algumas situações precisas como, por exemplo, quando comparecer com a verdade pode conturbar a relação entre o rei e seus súditos. Uma última questão relativa à problemática dos métodos e leis da história, diz respeito à distinção entre verdade e verosimilhança. Reproduzimos o trecho em que tal distinção é abordada:

*Advirtiendo que hay verdadero y verisímil, y más verdadero que verisímil. Qué sea lo verdadero y lo verisímil es notorio, pues lo verdadero es confirmación de lo cierto, negativa de lo incierto, que muestra las cosas como pasaron; verisímil es lo que con apariencia de verdad no niega ni afirma. Más verdadero que verisímil son los hechos de los españoles en Flandres, en el Esguazo de Zierkizee y en las Indias orientales y occidentales, que son tan prodigiosos que en los venideros tiempos parecerán fabulosos, porque son más verdaderos que verisímiles de poderse hacer. Más verisímil que verdadero es lo que se escribe de lo que se trata en un consejo o gabinete en lo que el rey propuso y las palabras, lo que dijeron los que votaron, los argumentos, las réplicas, cosa difícil de saberse. Y así se escribe lo verisímil, que se saca de los efectos y de algunas circunstancias y manera de hacer los negocios y ejecutar las jornadas.*⁴⁴

Córdoba afirma que nem todos sabem escrever história. Os chamados escritores vulgares, apesar de descobrirem a verdade, não produzem história porque não advertem para os ensinamentos da ética e da política. Assim a história era concebida como um veículo para a transmissão dos saberes éticos e políticos. Sua finalidade última seria a intervenção no tempo presente e não a construção de um discurso para celebrar o passado. São ilustrativas suas palavras: “*No es escribir las cosas, para que no se olviden [...] sino para que se enseñen a vivir con la experiencia, maestra muda que hacen los particulares que perfeccionan la prudencia. El fin de la historia es la utilidad pública*”.⁴⁵

⁴³ Encontra-se uma divisão similar em Jean Bodin. De acordo com Koselleck, a divisão feita por Bodin da história em sacra, humana e natural, transforma a questão do fim dos tempos (outrora de ordem religiosa) em um problema para a astronomia e a matemática. Resta a história humana, isenta de metas a cumprir, o terreno das possibilidades. Cf. KOSELLECK, op. cit., 2006.

⁴⁴ CABRERA DE CÓRDOB, op. cit., 1611. fol. 24.

⁴⁵ Ibid., fol. 19.

A disciplina histórica deixou de atender somente ao *topos* da *Magistra Vitae*, para se transformar em mestre das artes de governar, uma questão de utilidade pública, portanto. Converteu-se em literatura probatória e estratégia política, ao mesmo tempo em que pretendia sustentar um projeto comunitário de estabelecimento de uma consciência nacional. Convém reproduzir a definição das qualidades necessárias ao bom historiador enumeradas por Luis Cabrera de Córdoba, pois, consideramos que em múltiplos aspectos este trecho serve de síntese e corroboração para muitas das hipóteses que foram explanadas ao longo do texto. Nas palavras de Córdoba:

*Hay de saber buenas letras, tener lección de las divinas, ser docto en las antigüedades, pratico en el mundo, y que le aya peregrinado, exercitado en todas las materias, principalmente de estado, inteligente en las cosas de la guerra, hombre aulico, versado en los negocios publicos y gobiernos de los reinos, provincias e pueblos, inquiridor de los hechos ocultos, lleno de sentencias y dichos graves, instruido en exemplos, erudito, eloquente, grave, entero, severo, urbano, diligente, medido, [...] varon realmente bueno, para que ni de ni quite, mas de lo que conforme a razon toca a cada uno, exercitado en el escribir con entera salud, ingenio acomodado, e inclinado de lo alto para historiar, hazienda con que vivir, que ni espere, ni tema, conocedor de lo bueno, y de lo malo que ay en los escritores, con perfecta prudencia, tanto en el dezir, como en el callar, moderacion en sus afectos, buena eleccion en todo, fortaleza en su animo para dezir la verdad y su parecer, igualdad en el contar las cosas dignas de ser alabada, o reprehendidas.*⁴⁶

Neste trecho da obra de Córdoba, salta aos olhos a correspondência entre as virtudes necessárias ao historiador e aquelas recomendadas ao político: prudência e experiência, que aparece na citação de forma não literal, contudo explícita em algumas passagens como “*pratico en el mundo*” e “*exercitado en todas las materias, principalmente de estado*”. Seria muito ingênuo considerar esta correspondência como coincidência. Aqueles que direcionaram seu labor à escrita da história no século XVII na Espanha – destacando-se os indivíduos que de alguma forma se relacionavam com a Monarquia, seja em seu favor ou não – conceberam aquele tipo de discurso como um local para a realização de acirradas disputas por questões fundamentais àquela sociedade. A história transformou-se em veículo privilegiado para realizar as discussões pertinentes à própria temporalidade de seus autores, posto que o objetivo maior era a tentativa de organização (inserida na perspectiva de cálculo político) do futuro do reino.

Se passarmos a perceber as obras que tratam da história nos seiscentos, em Castela, a partir das prerrogativas expostas nas obras de seus próprios autores, perceberemos que as questões mais fundamentais não dizem respeito à construção de um discurso hábil a descortinar o véu que encobre os eventos do passado. É necessário, portanto, re-interpretar as narrativas do passado feitas por estes autores, estando atento para o fato de que muitas das vezes as considerações mais expressivas daqueles discursos apresentam-se quase que nas entrelinhas, pois o assunto principal não é o que fica em primeiro plano. Assim sendo, compreender a profunda relação da política com a história é um elemento incontornável para a construção de análises bem sucedidas acerca de ambos os tipos de discurso.

⁴⁶ CABRERA DE CÓRDOBA, op. cit., 1611. fol.15.